



Governo do Estado de São Paulo
 Controladoria Geral do Estado
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 073/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00065 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso ao documento que registra a entrada e saída de material não bélico em posse do Comando de Policiamento de Área Metropolitana. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 073/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que: "*o Etilômetro, modelo Alco Sensor IV, sob a aferição nº 088921, vigente até 2023, efetivamente pertencente à 1ª companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, em 06 de novembro não foi utilizado, porém, na respectiva data houve ocorrência cadastrada de embriaguez ao volante, na qual o condutor recusou-se a realizar o teste do Etilômetro*". Em recurso o órgão ratificou a resposta inicial e fez novos esclarecimentos. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente complementou a resposta inicial. Cientificado o solicitante não se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Considerando que o órgão atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público